Vírus que rouba o Pix? Entenda como funciona o golpe que acessa aplicativos bancários

Foto Reprodução | Advogada criminalista, especializada em crimes informáticos, orienta como detectar e se prevenir contra o golpe

Um novo golpe para roubar dinheiro do Pix usa um vírus que se infiltra no celular das vítimas que baixam joguinhos ou outros aplicativos fora das plataformas oficiais. Chamado de “BRats”, esse vírus entra no aparelho e permanece oculto no sistema até que a pessoa faça transferências por meio de aplicativos bancários. A advogada criminalista Lorena Pantoja, especializada em crimes informáticos, orienta como detectar e se prevenir contra o golpe.O BRats afeta principalmente celulares com sistema Android.

O ataque ocorre de forma silenciosa, enquanto o usuário realiza operações bancárias, especialmente pagamentos instantâneos. De acordo com investigações, o vírus entra no aparelho quando a pessoa instala aplicativos que estão fora da loja oficial do Google, a Play Store.

O BRats geralmente se disfarça de aplicativos ou extensões aparentemente legítimas, como atualizações de visualizadores de PDF ou ferramentas populares por taboolaLinks promovidos.

Golpe

O vírus espera a vítima abrir a plataforma, tentar fazer uma transferência e então redireciona o Pix. Quando a tela fica travada, o BRats clica em “voltar” e altera o destinatário e o valor da transferência. Essa troca ocorre rapidamente. Quando a tela retorna para a pessoa colocar a senha, a troca já foi feita.

Segundo a advogada Lorena Pantoja, o funcionamento do golpe é engenhoso. O vírus se ativa no instante em que o usuário inicia uma transferência via Pix e insere sua senha de autenticação. “Ele interrompe a operação e redireciona o valor para outra conta bancária, sem que o usuário perceba. Tudo acontece de maneira silenciosa.

O celular pode travar ou ficar lento, o que são sinais de alerta.”Ainda segundo a especialista, o BRats é capaz de agir até mesmo com o celular bloqueado, o que amplia o risco para usuários menos atentos.

“Muita gente só percebe que caiu em um golpe quando vê uma transferência que não reconhece no extrato. Se o aplicativo pedir a senha de novo ou se algo estiver diferente do habitual durante a operação, é preciso desconfiar”, alerta Lorena.

ProteçãoPara se proteger, a principal recomendação é nunca instalar aplicativos de fontes desconhecidas. “Sempre baixe aplicativos diretamente da loja oficial do seu sistema, como a Play Store. Verifique quem é o desenvolvedor, se é mesmo a empresa que você conhece, e evite arquivos com extensão.

Para quem não sabe, aplicativos com extensão são aqueles que terminam com as letras ‘.apk’, típicos de instalações manuais e perigosas”, orienta Lorena.Outra recomendação fundamental da advogada é evitar clicar em links recebidos por SMS ou aplicativos de mensagens. “Nunca baixe arquivos que chegam por canais desconhecidos.

O Android, por ser mais flexível para downloads, acaba sendo o principal alvo desses golpes”, diz. Ela também recomenda manter todas as notificações do aplicativo do banco ativadas, especialmente para transações via Pix.

“Como o BRats age silenciosamente, receber alertas em tempo real pode ser a única forma de perceber que algo está errado. Ative também a autenticação de dois fatores, sempre usando apps próprios de segurança — e não o SMS, que é mais vulnerável a fraudes”, completa.

O que fazer se cair no golpe?A advogada orienta que, caso a vítima perceba que foi lesada, é fundamental agir rápido. “O primeiro passo é entrar em contato com o próprio banco e também com o banco que recebeu a transferência. Solicite imediatamente o início do processo chamado MED, Mecanismo Especial de Devolução, criado pelo Banco Central justamente para lidar com fraudes via Pix”, orienta Lorena Pantoja.Mesmo que o banco não exija, a advogada recomenda registrar um boletim de ocorrência detalhado.

“Inclua informações como data, hora, valor, chave Pix de destino e banco recebedor. Em Belém, por exemplo, há uma delegacia especializada em crimes informáticos. O B.O. fortalece a investigação e pode ser útil em ações judiciais”, explica.Se, mesmo após essas medidas, a vítima não conseguir

reaver os valores, ainda há alternativas. “É possível acionar o Banco Central com uma reclamação formal e, se necessário, recorrer à Justiça ou aos órgãos de defesa do consumidor, como o Procon.

Um advogado poderá ajudar a avaliar as provas e indicar os caminhos legais mais eficazes”, conclui Lorena.

Fonte: OLIBERAL ***e Publicado Por: https://www.adeciopiran.com.br em 22/04/2025:16:00:00 Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog https://www.adeciopiran.com.br (93) 98117 7649/ e-mail: mailto:adeciopiran.blog@gmail.com https://www.adeciopiran.com.br, fone (WhatsApp) para contato (93)98117- 7649 e-mai: mailtoadeciopiran.blog@gmail.com***